

A abolição universal da pena de morte

Depois de acesa discussão, e muita controvérsia, gerada pela posição polaca, os Ministros da Justiça dos 27 países da UE chegaram a consenso: de ora em diante, dia 10 de Outubro será proclamado não só Dia Mundial, mas Dia Europeu contra a Pena de Morte.

Talvez seja nesta subtileza que esteja a importância desta decisão dos 27 Estados-Membros. Na verdade o dia 10 de Outubro já era mundialmente celebrado como o dia de luta por um mundo livre da pena de morte, mas ao torná-lo europeu, a Europa reafirmou que a pena de morte continua a ser um assunto cimeiro na sua agenda. A Presidência Portuguesa da UE, que conduziu o processo, quis deixar claro que, para os europeus, este assunto era fulcral, não só na reafirmação dos valores europeus, mas nas relações bilaterais e multilaterais com outros países fora do continente.

O trabalho exemplar conduzido a nível europeu, em conjunto com as muitas organizações nacionais e internacionais que lutam por uma moratória global, tem levado a um fluxo constante de países abolicionistas, nas últimas duas décadas. A própria Assembleia Geral da ONU deixou bem claro, nos seus últimos trabalhos, que é o tempo de mudar mentalidades, padrões, valores e métodos para combater a pena de morte e percepcioná-la como é na realidade: uma pena que instiga a vingança e não a justiça, que é sujeita a erros judiciais dos quais não há reparação possível e que não tem, na prática, qualquer efeito dissuasor.

O último país a abolir a pena de morte, o Ruanda, é um exemplo claro de que, mesmo num país dilacerado por um genocídio brutal, com famílias desfeitas e escassos assassinos levados perante a justiça, a pena de morte não tem lugar. Usada contra ditadores e criminosos, mas também contra inocentes e opositores políticos, a pena de morte tem sido amplamente utilizada para livrar as sociedades dos revolucionários, das minorias e dos pobres.

Actualmente, 133 países já aboliram a pena de morte na sua legislação, ou pelo menos não a aplicam há mais de dez anos, havendo apenas 64 países que ainda são retencionistas. De notar, contudo, que muitos desses países já mostraram que estão dispostos a dar os passos necessários à abolição da pena de morte, não só a nível nacional, mas contribuindo para um objectivo global. Resta pensar nos receios e ansiedades dos 20.000 homens, mulheres e crianças que esperam agora nos corredores de morte de todo o mundo, temendo tornar-se numa das milhares de pessoas executadas todos os anos.

De lembrar que a China executa mais pessoas anualmente que todos os outros países do mundo (estima-se que os números reais estejam na ordem dos 8000), e que 91% das execuções do mundo são levadas a cabo pela China, Irão, Paquistão, Iraque, Sudão e EUA. Deste último, o país dos inúmeros estudos, chegam os dados estatísticos talvez mais aterradores: 120 pessoas executadas que mais tarde viram a sua inocência provada, mais de 1000 pessoas executadas desde os anos 70, mais de 100 pessoas (10%) executadas, portadoras de algum tipo de deficiência mental. Só em 2006 foi proibida a execução de pessoas que eram menores na altura que cometeram o alegado crime.

A pena de morte, ironicamente, não é considerada contrária ao direito, mas em termos de direito internacional já há muito é rejeitada. Esta decisão dos Ministros da Justiça europeus demonstra que não só a Europa firmemente rejeita a pena capital, como fará tudo ao seu alcance para promover a abolição universal. E é por isso que o Dia Europeu é um marco. O dia em que a Europa se coloca na liderança da luta contra a pena de morte.

Cláudia Pedra . Directora, AI Portugal